

O Museu das Remoções da Vila Autódromo: luta político-afetiva pela reconstrução da vida dos grupos atingidos pelas remoções olímpicas do Rio de Janeiro.

Diana Bogado

DanielaPetti¹

O presente artigo tem como proposta apresentar o Museu das Remoções da Vila Autódromo como parte da luta pelo direito à cidade e à vida articulada pelo movimento social urbano do Rio de Janeiro às vésperas dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas, 2016).

O Museu das Remoções é um museu social construído coletivamente pela comunidade Vila Autódromo a partir da realização do projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da universidade Anhanguera. O objetivo deste museu, ao ser criado, é apoiar a resistência à remoção integral da Vila Autódromo e denunciar as consequências políticas, sociais, subjetivas e simbólicas da mercantilização do território do Rio de Janeiro.

Neste contexto, o referido museu apresenta-se como parte da luta afetiva e criativa que busca a regeneração da vida dos indivíduos atingidos pela remoção quase integral da Vila Autódromo, levada a cabo pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro de 2014 a 2016. A resistência que deu origem a este museu social pretende realizar a denúncia global da referida política remocionista; a reestruturação da vida dos moradores atingidos pelas remoções; assim como apoiar as comunidades que lutam pelo direito à moradia em diferentes partes do mundo².

Palavras-Chave: Museu das Remoções da Vila Autódromo; museologia social; cidade neoliberal; remoções biopolíticas; direito à cidade; regeneração da vida.

¹ Daniela Petti é antropóloga e Mestranda em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ) e ativista pelo direito à habitação. Diana Bogado é ativista, arquiteta e urbanista, Doutora pela na Universidade de Sevilha, com a tese intitulada: “Museu das Remoções da Vila Autódromo: Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos” e pesquisadora pós-doutoral vinculada ao Departamento de Museologia Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa e ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; coordenou como professora do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Anhanguera Niterói o projeto de extensão universitária que deu origem ao Museu das Remoções.

² Este artigo possui fragmentos e ideias já apresentadas na tese de doutorado de Diana Bogado, complementadas com reflexões trazidas pela antropóloga Daniela Petti. As autoras apresentam reflexões de três anos de militância conjunta pelo direito à habitação no Rio de Janeiro, tendo vivenciado juntas a imersão na Vila Autódromo durante as olimpíadas, hospedadas na casa da Dona Maria Penha; trabalham como co-gestoras do Museu das Remoções junto aos demais apoiadores e moradores da Vila Autódromo desde a sua criação.

Introdução

A preparação do Rio de Janeiro ‘neoliberal’³ se intensifica na realização dos megaeventos esportivos: Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas, 2016, sendo responsável por uma alteração socioterritorial significativa na cidade. O período contextualiza-se com o momento histórico de implantação do ‘empreendedorismo urbano’, em diversas metrópoles do mundo (Harvey, 2005; 2011). Trata-se de uma nova forma de gestão que assume as características do mercado global na era das finanças (Arantes, 2000), das quais destacam-se a rapidez das negociações e a soberania dos interesses privados no redesenho do espaço urbano (Aguilera e Naredo, 2009).

O empreendedorismo urbano é o fenômeno que caracteriza a influência das ideias neoliberais na política urbana (Harvey, 1996). Harvey identificou o momento de passagem do administrativismo para o empreendedorismo urbano ao analisar as mudanças que estavam ocorrendo nas cidades americanas na década de 1970, tanto nos seus ambientes como nas referidas gestões institucionais. Estas mudanças permanecem até os dias atuais, tendo chegado nas metrópoles dos países periféricos na década 1990, como ocorreu com o Rio de Janeiro⁴. O empreendedorismo urbano sugere que a gestão da cidade se estabeleça nos moldes de uma gestão empresarial, o que altera significativamente, a condução da política urbana, que passa a submeter a reconfiguração territorial aos processos de valorização do capital de forma altamente veloz. A base do empreendedorismo é a formação de alianças políticas e de classe, o que significa que este modelo ultrapassa processos meramente administrativos da gestão (Harvey, 1996, p. 52).

A preparação da cidade neoliberal não foge às regras reproduzidas pelo sistema, coloca os interesses empresariais à frente dos interesses coletivos; o projeto que emerge com a implantação da estrutura neoliberal carrega consigo a retomada do poder pelas classes dominantes (Harvey, 2005). Guy Debord (1969) descreve o fenômeno como “espetacularização” urbana, Lefebvre (1973) complementa que esta transformação socioterritorial consiste na sobreposição do “espaço concebido” sobre o “espaço vivido”:

³ O neoliberalismo surge no direcionamento do pensamento político-econômico entre as décadas de 1970-1980 (Harvey, 2005).

⁴ A neoliberalização de cidades se coloca em curso no Brasil com a implementação do planejamento estratégico no Rio de Janeiro pelo ex-prefeito César Maia (1993-1996). O Planejamento estratégico adotado no primeiro mandato do ex-prefeito Cesar Maia também foi modelo a ser seguido nas Olimpíadas Rio 2016, na ocasião o ex-prefeito Eduardo Paes assinou um acordo de cooperação entre Rio de Janeiro e Barcelona cuja intenção era basear-se no modelo implantado na Barcelona-olímpica para reafirmar a orientação do Rio de Janeiro para o turismo e para o consumo (Consentino, 2015). O que de fato ocorreu.

“Esta perspectiva entiende que el espacio es producido respondiendo a las reglas imperantes de acumulación capitalista, adecuándose a las reglas del mercado. En la etapa neoliberal, se hace aún más recalcitrante la condición de mercancía del espacio”. (Lefebvre, 1973; Harvey, 1985; Franquesa, 2007 apud Makhoul, 2016)

A concepção mercadológica de gestão urbanística converte o território em um “ativo financeiro” e desconsidera as políticas de inclusão social (Harvey, 2016; Rolnik, 2016). O resultado é a violação do direito à cidade, o qual inclui diversos direitos, como o de moradia e o de informação (Rolnik, 2016; Santos, 2013). Nesse contexto, Harvey complementa que os megaeventos emergem como “*o cerne da cidade transformada em ativo financeiro, marcada com códigos de barras e exposta nas gôndolas dos mercados mundiais*” (Harvey, 2016).⁵

No caso do Rio de Janeiro, às vésperas das Olimpíadas Rio 2016, a Prefeitura removeu, arbitrariamente, inúmeras favelas, com a finalidade de desencadear processos de valorização imobiliária em diversas partes da cidade. Segundo dados, 22.059 famílias⁶ foram removidas nos anos que antecederam o megaevento. Territórios, antes ocupados por populações de baixa renda, tornaram-se espaços modelos, produtos de um “urbanismo burocrático” (Jacobs, 2013) ou “mercadófilo” (Mascarenhas, 2016).

O objetivo desse texto é descrever e refletir sobre o caso de remoção da favela Vila Autódromo, situada na Zona Oeste da cidade brasileira do Rio de Janeiro, uma favela que foi quase integralmente removida, na qual vinte famílias conseguiram resisitir e permanecer morando no local. Trazemos para debate como a remoção de favelas insere-se nos dias atuais como uma estratégia, dentre outras intenções institucionais, para controle das populações marginais, assim como para a regulação de condutas destes indivíduos, ao ponto de fazer parte das tecnologias de governo para a gestão da vida em territórios urbanos. A partir da descrição do cenário de remoção, narramos também a emergência do Museu das Remoções⁷,

⁵ Anotações da autora da aula proferida pelo professor David Harvey na Praça da Cinelândia, Rio de Janeiro, em Setembro de 2016.

⁶ Disponível em: <<http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/21/o-legado-das-remocoes-no-rio-violencia-dividas-e-povo-na-mao-de-milicias.htm>>. Acesso em: dez. 2017.

⁷ Ressalta-se que o referido projeto de extensão universitária da Universidade Anhanguera, coordenado pela arquiteta e urbanista Diana Bogado, foi desenhado no âmbito do ativismo de resistência à remoção da comunidade Vila Autódromo, no qual os moradores foram protagonistas da luta e das ideias que desenharam este museu, em conjunto com os ativistas Diana Bogado, Daniela Petti (autoras deste artigo), Luiza de Andrade, Thainã de Medeiros, Alexandre Magalhães, Mário Chagas, entre outros co-criadores e co-gestores do Museu das Remoções.

museu comunitário, como ferramenta da resistência popular e forma de reabitar a vida em meio à devastação.

A metodologia utilizada se desdobra na realização de observação direta e participante (Becker, 1993), tanto do cotidiano dos moradores durante o processo de remoção, como das atividades do Museu das Remoções (oficinas de memória, por exemplo). Além disso, em diversos momentos ao longo desses anos, conversas livres e entrevistas direcionadas foram realizadas com diferentes moradores. Vale ressaltar que ambas as autoras lutaram junto à comunidade pelo direito à permanência da Vila Autódromo e são consideradas pelos moradores ativistas e apoiadoras da resistência popular, o que tem seus impactos na prática da pesquisa. A identidade de apoiadoras da causa coletiva facilita nosso trânsito nos espaços observados, bem como as negociações para a realização de entrevistas. Mais do que isso, o fato de sermos também co-criadoras e co-gestoras do Museu das Remoções, na medida em que participamos tanto de sua gênese, como dos trabalhos que se seguem até o presente momento (2018), dois anos posteriores de sua criação, nos dá acesso privilegiado a informações. Devido à intensa inserção e participação das autoras nas práticas políticas de seus interlocutores, em muitos momentos do texto é utilizado o discurso direto.

O museu foi criado a partir da realização de um projeto participativo entre a universidade e a comunidade, que apresenta-se como possibilidade de inclusão da população na construção da cidade, uma vez que questiona de modo propositivo as determinações da prefeitura sobre o território urbano. As propostas participativas se contrapõem à prática do planejamento urbano autoritário, própria do empreendedorismo urbano, que não possui canais de diálogo com a população. O método participativo é aberto, sua aplicação é estratégica e não programática (Montañés, 2009), as ferramentas metodológicas apontam para a construção conjunta de soluções que visam à transformação social. Desta forma, a construção do Museu das Remoções consiste na própria demanda dos moradores da Vila Autódromo e reivindica a inclusão na produção da cidade.

A remoção da Vila Autódromo e a gestão estatal das possibilidades de vida

A terra coberta por entulhos, resquícios das casas demolidas que se misturam com os materiais acumulados com o passar do tempo. Tijolos, pedras, blocos de cimento ao lado, por sobre e mesclados com vergalhões, ferros distorcidos e fios desencapados. A poeira, que se espacializa em diversas camadas do território, incomoda os olhos e quase invisibiliza as formas que perduram em meio à devastação. Barulho ensurdecido das máquinas que se

articula aos corpos dos homens que cumprem as ordens de cima. Quebra, rola, cai, e junto ao pedaço da casa que se desfaz, histórias destroçadas. A sensação, o sentir múltiplo dos cheiros, ruídos, da paisagem transformada, trazendo o gosto amargo da expulsão forçada.

Esse é o cenário que marcava o território da Vila Autódromo quando lá chegamos em 2015. Localizada ao norte da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a Vila Autódromo, constituída enquanto comunidade desde os anos 1970 quando era composta por grupos de pescadores, passou a ser alvo dos interesses do Estado e do poder econômico quando foi anunciada a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016⁸. Apesar de os moradores possuírem a garantia legal de concessão real do uso da terra por 99 anos, e mais 99 anos renováveis⁹, a ameaça da remoção se intensifica em 2013, ano marcado pelas primeiras reuniões com a prefeitura, que justifica a necessidade de expulsão das 700 famílias pela obra de construção do Parque Olímpico no terreno ocupado pela Vila Autódromo¹⁰.

Após as primeiras reuniões entre a prefeitura e os moradores, ocasiões em que os mesmos foram informados sobre a intenção estatal de remover parte da comunidade, os funcionários do governo passam a se fazer mais presentes na localidade, travando, inicialmente, contato com famílias específicas para apresentar o empreendimento do condomínio do Programa de Habitação Federal Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)¹¹, para onde os moradores que aceitassem negociar seriam realocados. A presença dos agentes administrativos da prefeitura no cotidiano dos moradores não se expressa apenas nas pressões para o aceite das negociações com a prefeitura, mas também nas incontáveis ocasiões nas quais os funcionários marcavam as paredes das casas a serem demolidas¹², fotografando e

⁸ Os relatos dos moradores revelam que a remoção da favela sempre existiu na forma de ameaça ou rumor ao longo dos últimos anos, mesmo antes da chegada dos megaeventos à cidade. Esse dado reforça a insegurança da posse da terra, que marca o cotidiano dos moradores de favelas no Rio de Janeiro.

⁹ Nas décadas de 1980 e 1990, os moradores recebem a garantia da concessão real do uso, assim como documentos que atestam a posse da terra.

¹⁰ A Zona Oeste do Rio de Janeiro funciona como frente de expansão do mercado na cidade (Azevedo e Faulhaber, 2015; Rolnik, 2016). Essa expansão se intensifica com a chegada dos megaeventos, fazendo da Zona Oeste a grande centralidade urbana, onde são construídos diversos equipamentos e estruturas olímpicas.

¹¹ Pesquisas demonstram como o PMCMV foi utilizado como ferramenta governamental para viabilizar deslocamentos forçados no Rio de Janeiro durante os últimos anos (Amore, Shimbo, Rufino, 2015).

¹² Durante os processos de remoção, a prefeitura marca com tinta as casas a serem demolidas, por meio do desenho de um número e da assinatura SMH, referente à Secretaria Municipal de Habitação. Esse foi um

medindo os espaços internos e cadastrando moradores sem informá-los sobre o real objetivo do procedimento. Sandra Maria, moradora da Vila Autódromo desde os anos 1990 e mãe de três filhas, disse que a marca do Estado na casa *“é forte, a pessoa olha pra marcação e percebe um fim já determinado, a casa vai sair”*. Nos encontros cotidianos entre moradores e funcionários era comum a prática do terror psicológico por parte dos últimos que diziam a muitos moradores: *“é melhor aceitar o apartamento, senão vai ficar sem nada”*, *“é melhor negociar ou vai pra rua”*.

“No caso das remoções realizadas no Rio de Janeiro, impera toda sorte de dispositivos de exceção. Entre os inúmeros mecanismos mobilizados pelos agentes públicos para lidar com as pessoas nestas situações de erradicação, destacam-se as práticas de pressões diárias, tais como aquelas feitas por estes agentes: “(...) não adianta chamar ninguém para ajudar, a gente virá derrubar de qualquer maneira”; há um imenso esforço de fazer com que os próprios moradores entrem em conflito entre si, através da manipulação da informação sobre a situação local, limitando, em alguns casos, sua articulação contra o despejo” (BOGADO E MAGALHÃES, 2016, não paginado).

A demolição das primeiras casas da comunidade, junto ao terror psicológico, engendram um cenário comparado, por muitos moradores, a cenas da guerra na Síria. Em muitos casos, os tratores não demoliam as casas por inteiro, mas apenas as descaracterizavam, produzindo buracos nas paredes, desfazendo algumas partes da construção e não outras, e deixando os entulhos que se formavam acumularem por sobre a terra. A descaracterização de determinadas construções, muitas vezes, impactava as casas vizinhas, servindo como instrumento de pressão para o morador que ainda não aceitara negociar com a prefeitura. A presença dos tratores, os buracos espalhados em paredes e muros, o entulho e poeira que se multiplicavam aos poucos contribuíam para a formação de um cenário de escombros, de aspecto assombroso, comparado ao de uma guerra.

procedimento recorrente nos inúmeros casos de remoção durante o período de tempo entre 2009 e 2014, no qual foram removidas quase 22 mil famílias na cidade (Azevedo e Faulhaber, 2015).

Tais transformações socioespaciais executadas de forma avassaladora na Vila Autódromo são parte do processo de mercantilização da cidade, que em alguns contextos é mais devastador que outros. Garnier (2014) descreve estas reorganizações socioterritoriais como fenômeno da reconquista urbana. Para o autor, assistimos a uma limpeza étnica, uma operação de retirada da população pobre e outros indivíduos indesejados de áreas da cidade, para dar o lugar destes a outros que podem consumir, abrindo espaço à reprodução do capital (Garnier, 2014).

“Sendo assim, estas práticas estariam a serviço da consolidação do controle estatal sobre estas populações e, no caso do Rio de Janeiro, alterando não somente a circulação e localização destas no espaço da cidade, mas também incrementando a acumulação de capital imobiliário. Se estas situações, por um lado, podem nos esclarecer os pontos de incidência dos mecanismos de poder, sua construção e reconstrução cotidiana, por outro, também nos apresentam a possibilidade de verificar como se elaboram diversificadas estratégias de resistência à sua efetivação” (BOGADO E MAGALHÃES, 2016, não paginado).

Neste contexto comunitário, as ações de resistência dos moradores¹³ eram alvo de muita repressão pelo aparato estatal. A presença da polícia e da guarda municipal tornou-se uma constante na localidade. Em diversas ocasiões, muitos moradores foram feridos em confrontos. Dona Penha, uma de nossas principais interlocutoras e liderança da comunidade, teve o nariz quebrado pela guarda municipal na ocasião em que os moradores tentavam impedir a demolição de uma casa.

Ao se referir às estratégias para execução dos despejos e remoções, a moradora Sandra Maria explica que existe um “passo a passo pra remover”, que se repete em todos os casos de remoção de favelas. O “passo a passo pra remover” consiste em um conjunto de práticas, técnicas e táticas de governo, que controlam populações e regulam condutas. A casa como objeto das assinaturas do Estado (Das, 2007), a desinformação que atesta a ilegitimidade (Das, 2004) das ações estatais, a destruição que cria o cenário da guerra, a violação das garantias

¹³ Os moradores da Vila Autódromo elaboraram diversas formas de resistência à remoção, dentre elas as barricadas, os protestos, as vigílias, os cercos às casas para evitar a demolição, dentre outras.

legais de posse da terra, bem como a utilização de leis e políticas públicas para viabilizar a expulsão das famílias do local, consistem em algumas das táticas constitutivas da governamentalidade (Foucault, 1979) engendrada em um contexto de violência. Assim como Foucault, entendemos o Estado não como um a priori universal, mas a partir de suas práticas e discursividades articuladas em suas margens (Das, 2004). Aprender as formas de governo das populações na contemporaneidade nos faz compreender que a guerra não é a ruptura, algo que se desenrola nos intervalos do cotidiano. A guerra é, justamente, o motor da produção da ordem, na medida em que a exceção é tornada regra, especialmente, para os habitantes das favelas e periferias urbanas.

A produção socioespacial das periferias urbanas representa uma das fraturas mais importantes em um sistema que tende ao caos (Zibechi, 2011, p. 18). O cotidiano destes espaços é marcado pela prática do habitar - forma de ser, estar e viver que faz alusão à vida e abrange a complexidade do ser humano nas dimensões do desejo, do corpo, da sua multifuncionalidade e da subjetividade – em contraposição ao habitat (Lefebvre, 2001).

A predominância do aspecto do vivido amplia as possibilidades da existência e produz uma dinâmica cotidiana que foge ao “controle dos poderosos” (Zibechi, 2011, p. 20), uma vez que se opõe a tendência de homogeneização e estandardização da vida promovida pelo capital (Lefebvre, 2001). Este cotidiano, fruto da atuação autônoma dos sujeitos sociais (Souza, 2006) com capacidade de resiliência e reapropriação faz emergir “um novo cenário geopolítico decisivo” (Davis, 2007), próprio da “sociologia das emergências” (Sousa Santos, 2004).

O conflito que emerge da luta pela sobrevivência nas favelas derivado do enfrentamento dos “mecanismos biopolíticos” de controle utilizados pelo poder público (Zibechi, 2011, p. 16), cria uma dinâmica autônoma comunitária. Este “urbanismo insurgente” é capaz de desestabilizar a ordem normalizada (Miraftab, 2009), e por isto é respondido pelo governo com táticas violentas de regulação.

Na Vila Autódromo, não apenas o terror psicológico, como o barulho, o entulho, a poeira e as ocasiões de corte de serviços básicos, como a luz e a água, desestruturam as possibilidades de vida dos moradores. Essa produção contínua da morte, tendo como alvo as condições mínimas de vida, foi denominada por Mbembe (2016) necropolítica. O necropoder se constitui na medida em que a morte estrutura as formas de governo e as possibilidades do poder, sendo a morte aqui entendida como essa impossibilidade de exercer a vida. A guerra infra-estrutural (Mbembe, 2016) realizada na Vila Autódromo teve como alvo as condições e estruturas básicas de existência, tanto em termos materiais, como emocionais. O adoecimento

de muitos moradores e a sensação de incerteza, expressa por exemplo na afirmação de Sandra Maria segundo a qual “a gente ia dormir sem saber o que seria de amanhã”, demonstram como a vida tem sido cada vez mais objeto da gestão e regulação governamentais.

Ao cunhar uma ontologia biopolítica da habitabilidade, Gonzalo Mendiola (2016) se baseia na relação entre habitante e lugar habitado, como uma forma de estar no mundo que se projeta sobre a produção de subjetividades, para ressaltar a dimensão espacial do viver (Gonzalo, 2017, p. 226). O inabitável se produz na medida em que a vida, exposta, é desprovida de cuidado, e em que a vulnerabilidade e a precariedade constitutivas de toda vida (Butler, 2006)¹⁴ se exacerbam sob circunstâncias de violência. A destruição, que subtrai o espaço do sujeito, articula-se à expulsão como prática de produção do inabitável. O controle dos movimentos (mobilidade governamentalizada) e a contenção do espaço constituem a tática da expulsão, capturando corpos e espaços (Gonzalo, 2017, p. 229).

Inspirado na ideia do “fazer viver, deixar morrer”, dispositivo sobre o qual se baseia a biopolítica foucaultiana (Foucault, 2008), Gonzalo formula o fazer-deixar-morrer reconfigurado que, em contextos de violência, permite que os governos arranquem a vida, minando suas possibilidades (Gonzalo, 2017). A produção do inabitável na Vila Autódromo desfez relações sociais e de afetividade, desestabilizou subjetividades, causando dor, sofrimento e desenraizamento para a população local.

Muitos trabalhos sobre remoções de favelas já refletiram sobre as práticas estatais nas margens, dentre as quais os ilegalismos articulados a outras táticas fazem emergir o deslocamento forçado como uma das formas de governo que produz cidade (Bogado, 2017; Magalhães, 2013; Petti, 2016; Silva, 2016). Interessa aqui pensar como esses contextos nos dão pistas para a compreensão das formas pelas quais os governos e o poder econômico estabelecem fronteiras entre vidas passíveis de serem vividas e vidas indignas; ou seja da produção estatal do valor e do desvalor da vida (Agamben, 2007) em contextos urbanos.

Significa dizer que o estudo dos conflitos urbanos, cujas práticas políticas se centram nas condições mínimas e estruturas básicas da vida, pode nos levar a uma reflexão crítica sobre a distribuição desigual das possibilidades de vida e morte no território urbano. Em

¹⁴ Para Butler os sujeitos são marcados por correlatividades. Isso significa que a precariedade da vida e a vulnerabilidade dos sujeitos têm caráter ontológico, na medida em que o eu não existe sem o outro. No entanto, sob determinadas circunstâncias materiais, a precariedade se exagera, deixando claro que a distribuição das possibilidades de vida, e do reconhecimento de uma vida enquanto vida humana e digna de ser vivida, se dá de maneira desigual.

última instância, é possível investigar os limites produzidos continuamente pela gestão estatal dos corpos e dos espaços, que condicionam o reconhecimento do estatuto de humano aos viventes¹⁵. Os deslocamentos forçados, ou como diz Gutierres (2016), os processos de desabilitação, são, em termos analíticos, boas configurações para provocar a pergunta: como se produz o fazer viver na precariedade?

Para entender as chamadas geografias do terror (Garzón, 2008), marcadas pelo uso do horror e da guerra como táticas de governo, torna-se necessário entender o espaço não como mero cenário das vivências, mas como parte constitutiva e ativa da experiência (Garzón, 2008, p.186). O espaço participa da produção cotidiana das relações sociais e das subjetividades. Se por um lado a produção do inabitável devasta as vidas, o poder que se exerce pela destruição abre um campo de possibilidades para a resistência a essa configuração. Analisar os repertórios de mobilização e resistência elaborados pelos moradores, entendendo-os como estratégias de refazimento da vida, é o tema da próxima seção.

Reabitar a vida em meio à destruição: o Museu das Remoções

Muitas são as formas de resistência engendradas pelas populações periféricas em contextos de violência. O acionamento de repertórios clássicos relativos à construção de denúncias públicas, pelo uso do vocabulário da luta por direitos, que se materializa em manifestações, embates na justiça e utilização da imprensa para ter voz, consiste em apenas um dentre os diversos modos de resistir às formas de gestão e regulação governamentais. Como afirma Sandra Maria, moradora da comunidade, a própria construção da estrutura da Vila Autódromo, como os sumidouros feitos pelos moradores, ao longo dos anos é uma forma de luta (Teixeira, 2018).

O Museu das Remoções surge, articulando a linguagem da arte e a gramática dos direitos, como um instrumento de luta e resistência, ao mesmo tempo que como um caminho para refazer e reabitar a vida em meio à devastação. O Museu das Remoções fundamenta-se na museologia social, que tem como princípio a vida, a defesa da vida antes de tudo,

¹⁵ Esse debate dialoga com a questão do racismo de estado proposta por Foucault (2005) como ponto de inflexão da sobreposição das formas de governo biopolíticas e soberanas (fazer viver, deixar morrer). Se Agamben (2007) define a vida vivida nos limites da existência como vida nua, Butler (2006) pensa a problemática em termos de vidas precárias que, sob dadas circunstâncias materiais, possibilitam a desrealização dos sujeitos.

conforme explicam Bogado e Chagas (2017). Esta vida de que tratamos, refere-se àquela que se realiza na concretude dos dias, de todos os dias, da presença dos corpos, dos movimentos e enfrentamentos dados no cotidiano da resistência. Trata-se da vida carregada de compromissos éticos, políticos e poéticos. A Museologia Social que fundamenta os museus comunitários serve não apenas à preservação de coisas, objetos e artefatos, mas à valorização da vida em sociedade em todas as suas esferas. (Bogado e Chagas, 2017)

O Museu da Vila Autódromo nasceu do desejo coletivo, de moradores e apoiadores, de registrar as práticas sociais da comunidade que existiam antes da devastação do lugar levada a cabo pelo estado, e da necessidade de comunicar a violência gerada pelo processo de remoção. Durante o ano de 2016, surgiu a vontade de criar um museu social que desse visibilidade aos danos, subjetivos e materiais, provocados pela remoção das favelas, e que ecoasse no mundo o grito da memória popular.

A memória de que falamos está no campo das relações e das lutas, abrange afetos, representações e direitos, assim como devires e compromissos (Bogado e Chagas, 2017). A narrativa oficial das Olimpíadas Rio 2016 apresenta memórias e vitórias hegemônicas relacionadas ao poder do Estado. A narrativa apresentada pelo Museu das Remoções trata de outras lutas, apresenta o olhar popular: outra face da memória das olimpíadas; a memória que denuncia a violência travada contra os afetados pelo projeto olímpico implantado no Rio de Janeiro. Partimos da memória dos excluídos e removidos da cidade olímpica, e insistimos em preservar e comunicar a memória da Vila Autódromo (Bogado e Chagas, 2017).

O Museu das Remoções começa a ser pensado a partir do entendimento de que a aniquilação do lugar, o desaparecimento de suas estruturas espaciais e a dispersão populacional provocada pela remoção carrega consigo a desapropriação territorial, a desintegração social e o apagamento da história local (Garnier, 2014). A relação entre o espaço e a memória do lugar desintegra-se com a demolição das casas, levadas a cabo pela política urbana fundamentada no avanço do “processo global de des-civilização” (Garnier, 2014).

“O Museu das Remoções é um projeto que brotou como as flores num campo de guerra, como os girassóis da Vila... Em meio aos escombros, nasce um museu a céu aberto, que tem a missão de semear, regar e multiplicar a história de resistência e luta que está sendo dia após dia cultivada no solo fértil da

Vila Autódromo” (Nathália Macena, moradora da Vila Autódromo, em entrevista às autoras, 2016).

Os moradores e apoiadores percebem que trazer à tona a memória social da comunidade, por meio de oficinas, brincadeiras, narrativas orais, fotos, entrevistas, vídeos e objetos colocados no território ou em exposição, torna possível reconstruir em parte a história, a memória, a integração e reapropriação do lugar que havia sido destruído pela prefeitura. O Museu das Remoções em suas funções museais de preservação, comunicação e pesquisa pretende reconstruir a relação entre o espaço e a memória da comunidade, mas pretende, além disto, regenerar os vínculos e reafirmar os afetos existentes no cotidiano da comunidade .

O Museu foi construído em três etapas: Na primeira etapa, houve a concepção do projeto com reuniões entre militantes e moradores. A partir daí, decidiu-se trabalhar com a proposta de Museu de Território ou de museu de percurso, segundo a qual a própria comunidade e seu território são um museu a céu aberto.

Na segunda etapa, desenvolveu-se dinâmicas de diálogo e oficinas de resgate da memória local com a participação de moradores, ex-moradores, militantes e alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera. Nesta etapa também foi realizada uma oficina de (re)conhecimento do lugar, conduzida pelos moradores, com devir pela comunidade – abrangendo a área da comunidade e parte da área desapropriada e incorporada ao Parque Olímpico. Coletamos restos de equipamentos urbanos e escombros de edificações demolidas que foram incorporados ao acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro¹⁶. Também foram produzidos e coletados registros orais, fotográficos, audiovisuais, gráficos e elaboração de um mapa feito em conjunto, pela comunidade e pelos alunos de arquitetura, elaborado a partir dos relatos dos moradores, de suas vivências e memórias.

Na terceira etapa foi desenvolvida a primeira exposição do Museu das Remoções com a criação de sete esculturas elaboradas pelos alunos de Arquitetura e Urbanismo, a partir dos materiais registrados nas oficinas de memória. O Museu foi inaugurado oficialmente no dia 18 de maio de 2016, Dia Internacional dos Museus, com a presença de moradores, ativistas e da imprensa independente nacional e internacional. Os moradores apresentaram as setes

¹⁶ A exposição permanente sobre resistência popular na história do Brasil abriga as peças: Bomba sapo, medidor de eletricidade, azulejo de piscina, dentre outros objetos recolhidos em meio aos escombros da Vila Autódromo. Estas peças compõem o acervo do Museu das Remoções acolhido pelo Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

esculturas construídas com os escombros e entulhos das casas demolidas. O Museu é aqui compreendido como uma ferramenta inserida na “políticas do lugar”, descrita por Escobar (2015) e Garzón (2008) como ações mobilizadas desde práticas que controvertem lógicas homogeneizantes do espaço.

Sandra Maria e outros moradores sempre associam em suas narrativas o processo de remoção - e as ameaças de expulsão passadas - ao desenvolvimento do bairro da Barra da Tijuca, que, segundo a moradora: “teria ficado valorizado demais pra gente morar”. A valorização do bairro traz consigo os *shoppings*, condomínios de alto padrão, assim como o desmatamento e a expulsão de populações que ali residiam há décadas. O conflito entre os moradores da Vila Autódromo e a prefeitura também se trata de um embate entre modos de existir e de *habitar* o território; em última instância, entre modos de conceber o mundo, de *habitar* a vida, que são elaborados ao longo da história a partir da articulação entre os viventes e o território.

Neste sentido, a luta da Vila Autódromo é uma “luta ontológica”, na medida em que os modos de existir no território se confrontam (Escobar, 2015). O Museu das Remoções, ao preservar partes das casas e estruturas comunitárias demolidas em acervo, bem como ao registrar a violência seguida de resistência - por meio de fotografias, documentos, mapas etc -, reconstrói o modo de existir no território, cultivado pelos moradores ao longo de décadas. Mais do que isso, ao resgatar as práticas sociais e políticas dos moradores, este Museu reconstrói laços e relações, bem como subjetividades, que sofreram tentativas incessantes de apagamento por parte do Estado.

Em 2015, o apoio popular à luta da Vila Autódromo se intensifica. Moradores e apoiadores começam a realizar os chamados “ocupas” na Vila Autódromo”. Os “ocupas” consistem em ocasiões em que a Vila recebia diversos apoiadores e ex-moradores para realização de atividades culturais, artísticas e políticas, como exposições, exibição de filmes, festas, debates, teatro, atividades circenses etc. Em uma das oficinas de memória do Museu das Remoções, Dona Penha comenta sobre os “ocupas”:

“Jesus tava mandando anjos para nos apoiar, porque era só uma perda atrás da outra, uma perda atrás da outra... os vizinhos, o comércio tava acabando. A gente tava ocupando esse território como ele tava, a prefeitura devastava e a gente ocupava. Ao mesmo tempo que o espaço tava devastado,

tinha muita alegria com os ocupas, como se a gente afirmasse que ia ficar aqui” (Dona Penha, em oficina de memória).

Nesse mesma oficina, Sandra Maria complementa:

“Tudo sendo destruído, tudo ficando feio, quebrado, e vinham os ocupas trazendo alegria, trazendo a vida, trazendo a beleza, era um movimento que girava contra aquela destruição. Quando o ocupa acabava a gente se sentia forte” (Sandra Maria, em oficina de memória).

Segundo Sandra, “*é desse movimento cultural que nasce em 2016 o Museu das Remoções*”. Apesar de termos vivenciado muitos ocupas na Vila, não nos era de todo clara a estreita relação entre a arte e a resistência expressas por essas atividades e o nascimento do Museu. No entanto, no decorrer das oficinas de memória, percebemos que os moradores associam a criação do Museu ao ambiente de efervescência cultural e política que permitia - segundo os mesmos - “*que a gente vivesse a destruição com felicidade*”. “*O Museu era nossa resposta em um momento em que queriam remover nossa memória*”, diz Sandra sempre que se refere ao lema do Museu das Remoções: “*Memória não se remove*”. A moradora costuma dizer que apagar a memória de um povo é uma das maiores violências possíveis.

Em um debate realizado no aniversário de dois anos do Museu, em 18 de Maio de 2018, Sandra comenta que muitos moradores que negociaram com a prefeitura o faziam com o objetivo de sair da Vila e “*refazer a vida*”. Para a moradora, porém, “*é impossível refazer a vida sem memória*”, pois não dá pra continuar a viver “*quando se percebe que os laços afetivos e a sua história foram esquecidos*”.

A articulação de moradores e apoiadores em torno dos ocupas e do Museu das Remoções demonstra que o território da Vila Autódromo é produzido, não apenas pelas tecnologias da destruição, mas também por um esforço contínuo de reabitar a vida, expresso nas ações de resistência, que deixam suas marcas no espaço e nos sujeitos; que permitem a reterritorialização e a reconstrução. Não somente no espaço, mas também no nível do corpo, podem ser entrevistados os impactos do poder. Muitos moradores adoeceram ou faleceram durante o processo de remoção. Os corpos adoecidos também funcionam como margem do

Estado (Das e Poole, 2004), ou seja, onde os governos também fazem sentir suas ações e truculências; além disso, expressam-se, entretanto, como ponto chave da ação política quando se entrelaçam para formar o cordão de isolamento humano em torno das casas, se justapõem para montar as barricadas ou quando sentem a potência da arte e se revigoram para seguir resistindo.

Inspirado em diálogos com Nietzsche, Deleuze e Spinoza, Feldman (1991) afirma que o corpo é um ponto de intersecção de distintas forças (práticas políticas), que se constitui apenas na troca e no estabelecimento de relações. A troca - as relações - historiciza o sujeito, na medida em que o corpo assume diferentes formas (Feldman, 1991, p.177). O autor comenta, dessa vez dialogando com Foucault, que agência não se trata do que o sujeito faz na história, mas sim de como o sujeito age a partir do que a história - o poder - faz no corpo (Feldman, 1991; 178). É muito comum nos relatos dos moradores a ênfase na dissolução dos laços de vizinhança, como parte do vasto repertório das técnicas de destruição. Ao desfazer os relações afetivas que se configuravam no espaço da comunidade, o Estado desistoriciza os sujeitos, desestruturando subjetividades, tendo em vista que o eu só se faz a partir do outro. O resgate da memória, produzido pelas ferramentas da museologia social, como diz Sandra Maria, é a condição de possibilidade para refazer a vida após tanto sofrimento, a garantia de que as vidas não cairão no esquecimento, sucumbindo às tentativas estatais de apagamento. Os moradores da Vila agem na história, na medida em que refazem, reformulam e reabitam a vida devastada, por meio do resgate e registro da história da comunidade.

As narrativas sobre a história são fruto de trabalhos sociais contínuos de enquadramento (Butler, 2015). Os moradores sempre dizem que uma das importâncias do Museu das Remoções é contar uma história sobre a remoção da comunidade diferente do que é narrado pela prefeitura. É de extrema centralidade para muitos, por exemplo, que as pessoas compreendam que as casas construídas para as 20 famílias que resistiram até o fim na comunidade foram “conquistadas e arrancadas com muita luta e não dadas de presente pela prefeitura”. Para muitos moradores, contar essa história é da ordem do necessário. Por outro lado, o silêncio é agenciado por outros, que só conseguem seguir com o duro trabalho de fazer a vida congelando a narrativa da remoção (Das, 1999). Em uma oficina de memória, Dona Penha, preocupada com o bem-estar de uma outra moradora no espaço, afirma: “dona Denise não gosta muito de ficar falando sobre a remoção, né? Mas ela pode falar das memórias boas que tem da comunidade antes disso tudo”. Seja pelo silêncio, seja pelo resgate e afirmação da memória, os moradores da Vila Autódromo resistem, ao insistirem em permanecer vivos, ao persistirem existindo.

E desta persistência nasce espontaneamente o Museu das Remoções, no seio de uma luta que foi travada pela superação do medo, pela inconformação com as violações levadas a cabo no território da Vila Autódromo; mas sobretudo pela união dos moradores e apoiadores da comunidade, que quase que por instinto permaneceram unidos em meio ao caos da remoção quase integral da comunidade.

Conclusão

Como visto, a reconfiguração territorial do Rio de Janeiro, às vésperas dos megaeventos, recaiu sobre as classes desfavorecidas, uma vez que o espaço urbano foi reorganizado a partir dos interesses imobiliários e as remoções de favelas foram uma prática constante. Os indivíduos não desejados foram retirados das áreas valorizadas e enviados às regiões distantes, precárias e pouco estruturadas. Ao contrário dos modos de vida das periferias, o modelo de cidade mercadológico propõe possibilidades limitadas de sociabilidade, cujo padrão de referência é o *habitat*, que reduz a experiência da vida às funções metabólicas, as quais devem ser supridas através do consumo (Lefebvre, 1976, 2001). Esta redução da existência acentua-se ainda mais no modelo de vida destinado às periferias, cujas estruturas urbanas reservam condições ainda mais escassas, muitas vezes até indignas, à vida das classes baixas.

No contexto das chamadas remoções olímpicas, a Vila Autódromo foi a única favela que conseguiu resistir à tentativa de remoção integral levada a cabo pela prefeitura; o Museu das Remoções é um elemento central da luta de resistência e de denúncia da política remocionista, ele surge em um momento no qual moradores e apoiadores, unidos por laços já sólidos, não se conformam em assistir o território da comunidade desconfigurado, espoliado e despossuído. A necessidade de reapropriação era unânime na ocasião. Cabe acrescentar, que este museu apresenta-se como ferramenta de contestação do poder, em primeiro lugar porque contraria o plano neoliberal para o território, de supressão completa da Vila Autódromo e abertura de espaço para valorização do solo; em segundo lugar porque denuncia a violência do Estado contra as favelas e contraria a tentativa de silenciamento da Vila Autódromo e demais excluídos da cidade olímpica; e em terceiro lugar porque pratica estratégias de luta, que podemos chamar de “resistências biopolíticas”, conforme descreve Naback (2015), uma vez que atuam nas esferas da subjetividade e forjam-se em equivalência às estratégias das “remoções biopolíticas” instrumentalizadas pelo Estado (Naback, 2015) .

Reforçamos que apesar das violações, na ocasião de concepção do Museu das Remoções a Vila Autódromo pulsava e festejava sua resistência: nas campanhas, manifestações e barricadas realizadas, era anunciado que a Vila não era o território e nem as casas da comunidade, também não era o que havia restado delas nos escombros, a Vila Autódromo era, e é, os nossos corpos, as nossas histórias, individuais e coletivas, a nossa memória coletiva e local e tudo o que cada um destes elementos carrega sobre a comunidade – utilizamos aqui o discurso direto, por nos considerarmos parte desta comunidade de pessoas que lutaram junto à Vila Autódromo pela sua permanência.

Durante o processo de remoções o psicológico dos moradores ficou consideravelmente abalado pelas táticas biopolíticas das remoções, cujas respostas de resistência com ações diversificadas, espontâneas e afetivas, atuavam também na regeneração emocional ao longo do processo da luta: o apoio recíproco de apoiadores e moradores uns aos outros e o sentimento de coletividade e união que cada ação de resistência aportava à comunidade também atuava nas esferas subjetivas e psicológicas dos indivíduos.

Na ocasião de construção do Museu das Remoções era compartilhada a necessidade de comunicar a alegria e o amor presentes no cotidiano, ingredientes decisivos na luta pela permanência da Vila Autódromo; estes elementos funcionaram como ferramentas de reversão do medo, de regeneração psicológica e de recuperação da esperança dos moradores e apoiadores nos momentos mais duros. Tais sentimentos seguiam vivos e precisavam ser materializados e mostrados. A Vila Autódromo precisava reterritorializar e se reapropriar daquele espaço desconfigurado, e assim o fez.

As comemorações, os momentos de sociabilidade, a cumplicidade, a solidariedade e o carinho existente entre moradores e apoiadores são produtos dos modos de *habitar* que possibilitam recriações de uso, reapropriações criativas e tudo o que provém da dança dos corpos que “habitam como poeta” (Lefebvre, 2001) o espaço da comunidade. É a poesia e a inspiração da poesia que permite a fuga ao controle e à opressão do Estado que adentram o campo do vivido. E na poética do *habitar* criativamente o espaço da Vila Autódromo, os corpos espontâneos irracionais próprios da “sociologia das emergências” (Sousa Santos, 2004) contrariam o comportamento padronizado e estandardizado que o *habitat* reserva para a cidade neoliberal.

Na dança da reapropriação territorial poética da cidade, improvisada no compasso das dimensões cotidianas, subjetivas e simbólicas, a Vila Autódromo tece suas estratégias criativas de resiliência, recompõe parcialmente as rupturas emocionais provocadas pelas

remoções e rearticula as forças comunitárias para a luta incessante de resistência e para a denúncia da violência sofrida: nasce o Museu das Remoções.

As oficinas de memória, os ocupas, as vigílias, as barricadas, as manifestações, as exposições e todas as formas de resistência foram operadas em ações práticas, mas também fortaleceram elementos do campo da imaterialidade, da subjetividade e da espontaneidade, próprios do *habitar*. O *habitar* representa transgressão à proposta hegemônica do *habitat*, porque nele é possível toda a natureza de ações que fogem ao campo da racionalidade. No seio do *vivido* foram regadas as flores que nasceram dos escombros e deram origem ao Museu - conforme demonstra a fala da moradora Nathália Macena, mencionada.

Na trajetória de luta sociopolítica, ficou gradativamente mais evidentemente para a comunidade o poder do valor comunitário: do *habitar* e dos vínculos, e o entendimento de que o valor de uso está acima do valor de troca, oferecido nos subornos feitos pela prefeitura às famílias. Para a resistência não há receita, há poesia.

A Vila Autódromo pôde resistir à tentativa de sua remoção integral, porque os sujeitos dotados de dignidade e autonomia (Scott, 1990; Souza, 2006) optaram renunciar à sedução do capital, expressa em subornos, e inverter a lógica do valor de troca. Transcendendo-a, ao colocar o valor de uso, presente no *habitar* acima das ofertas - e ameaças - oferecidas pelo estado. Neste sentido, *habitar* como um poeta (Lefebvre, 1973; Heidegger, 2005) se estende ao “resistir” como um poeta; e desta luta poética, no seio de um espaço subjetivo, emerge um Museu que também é transgressor, porque propõe a descolonização das teorias do planejamento ao produzir um cotidiano criativo contra-hegemônico (Miraftab 2004, 2009) – imerso em coragem para se opor à narrativa oficial e em afeto para manter viva a Vila Autódromo e a sua memória.

Bibliografia:

- AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer I. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007
- AGUILERA, F. y NAREDO, J. Interés y contexto del tema tratado. Economía, poder y megaproyectos. Madrid: Cromoimagen S.L. 2009
- AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria Beatriz. Minha Casa e a Cidade?: avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ARANTES, P. A arquitetura na era digital Financeira, 2000
- AZEVEDO, Lena. AZEVEDO E FAULHABER, Lucas. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Editorial Mórula, 2015.
- BOGADO, Diana. Movimento Okupa: Resistência e autonomia na ocupação de imóveis nas áreas urbanas centrais. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011
- _____. O Museu das Remoções da Vila Autódromo: Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos. Tese de doutorado defendida na Universidade de Sevilha, obtenção de mérito "Cum Laude". Sevilha, 2017
- BOGADO E MAGALHÃES, "Memória não se remove": a luta dos moradores da Vila Autódromo para continuar (re)existindo. 2016
- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Civilização Brasileira, 2015.
- _____. Vida precária: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CHAGAS, M. e BOGADO, D. Memória das Olimpíadas: múltiplos olhares, organizados no âmbito do projeto Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2017.
- CONSENTINO, R. Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: A cidade do Capital. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015
- DAS, Veena. "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.14, n.40, pp.31-42, 1999.
- _____. "The Signature of the State: The Paradox of Illegibility". In: *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley/Los Angeles: University California Press, 2007.
- DAS, Veena & POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1969
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo : Martins Fontes, 2008.
- _____. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GARNIER, J.P. Marsella 2013: el urbanismo como arma de destrucción masiva. *GeocritiQ*. 10 de enero de 2014, nº 24
- GARZÓN, M. A.. Retando las geografías de terror: estratégias culturales para la construcción del lugar. *Nuevos Nónadas*, n. 28, p. 183-193, abril 2008.
- GONZALO, Ignacio Mendiola. De la biopolítica a la necropolítica: la vida expuesta a la muerte. *Eikasia: Revista de Filosofía*, n.75, maio 2017.
- _____. El dispositivo de la captura: espacios y cuerpos bajo el signo de la excepcionalidade. *Athenea Digital*, n.16(1), marzo 2016.
- GUTTERRES, Anelise. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Mana* vol.22 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2016. P. 179-209
- HARVEY, David *The urbanization of capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1985
- _____. "From Space to Place and Back Again: Reflections on The Condition of Postmodernity", in BIRD, J et al. (Eds.) *Mapping the Futures. Local Cultures, Global Change*, Routledge, Londres, 1992

- _____. “Do gerenciamento ao empresariamento: a Transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. In: Espaço & Debate. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, nº 36, 1996
- _____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005
- _____. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2011
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 1961.
- LEFEBVRE, Henri, Espaço e Política, 1973
- _____. La révolution urbaine, Paris, Gallimard, 1976
- _____. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991
- _____. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Centauro, Moraes, 2001
- MAGALHÃES, Alexandre. Transformações no “problema favela” e reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- MAKHLOUF, Muna. “Conexiones entre la Barcelona post-olímpica y el Rio preolímpico a través de la resistencia a planes urbanísticos”. In: CUNHA, N.; FREIRE, L; MACHADI-MARTINS, M; VEIGA, F. (org.) Antropologia do conflito urbano: Conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro Lamparina, Le metro, CNPq. 2016.
- MASSEY, D. “World City.” London: Potety Press, 2007
- MASCARENHAS, Gilmar 2016, p.52. Revista USP, São Paulo, n. 108, p. 49-56. Jan. a mar. 2016
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.
- MIRAFETAB, Faranak. “Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists’ Expanded Notion of Politics”. In: Wagadu, Vol. 1: Spring, 2004.
- _____. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. Planning Theory, 2009
- MONTAÑÉS SERRANO, Manuel. “Metodología y técnica participativa. Teoría y práctica de una estrategia de investigación participativa”. Barcelona: Editorial UOC, 2009.
- NABACK, Clarissa. Remoções Biopolíticas: O Habitar e a Resistência da Vila Autódromo. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa do Departamento de Pós-Graduação em Direito do de Direito da PUC, Rio de Janeiro, 2015.
- PETTI, Daniela. “Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim”: uma etnografia sobre a “luta” contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Ciências Sociais)- Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2016.
- ROLNIK, Raquel. A Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Ed. Boitempo, 2016.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2013
- SCOTT, James C. Domination and the Arts of Resistance. Yale University, 1990
- SILVA, Marcela Münch de Oliveira e. Vila autódromo, um território em disputa: A luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade Federal Fluminense. 2016
- SOUZA, M. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. Rio de Janeiro: 4ª ed. Bertrand Brasil, 2006
- SOSA SANTOS, Boaventura. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução, Revista del Observatorio Social de América Latina, 15, 77-90, 2004
- _____. “Para descolonizar Occidente. Más allá del pensamiento abismal”, 2010
- ZIBECHI, R. Dispersar el poder. Buenos Aires: Tinta Limón. 2006
- _____. Territorios em resistência. Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Málaga, 2011